

SP não cumpre período mínimo

A falta de estrutura da rede pública é o principal motivo alegado pela Secretaria Estadual de Educação para não acatar imediatamente o aumento do número de dias letivos por ano de 180 para 200, decretado em janeiro pelo governo federal. Nos últimos anos, os problemas estruturais impedem que mesmo a exigência de 180 dias seja cumprida. Legalmente, todos os dias são registrados, mas na realidade várias interrupções, provocadas por greves e falta de professores, impedem que os alunos da rede estadual recebam a carga mínima de aulas.

A Secretaria de Educação informou que, pelo menos em 1990, os 180 dias foram respeitados, já que não houve greve de docentes. Nos primeiros anos do governo Quéricia, as paralisações foram constantes e exigiram saídas criativas para que se chegasse ao total de dias exigidos pela legislação. A falta de professores é crônica, mas os dias perdidos por esse motivo raramente são repostos.

Em dezembro de 1989, por causa de uma greve de 79 dias dos professores da rede estadual, cerca de 100 mil alunos do último ano do 2º grau foram aprovados por um decreto do

governo. Esses estudantes não cumpriram o número exigido de dias letivos. O Conselho Estadual da Educação (CEE) alegou, na época, que os alunos não teriam tempo para a reposição de aulas e não poderiam ser impedidos de frequentar um curso superior. A diretora da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) Eneide Moreira de Lima considera decisões desse tipo "um precedente gravíssimo". "É uma forma lamentável de atender à legislação", diz.

Uma greve de 24 dias em setembro de 1986 trouxe o problema da reposição do período perdido. As aulas aos sábados, para não prejudicar o período de férias, foram o recurso utilizado. O resultado não foi satisfatório. "Muitas vezes os alunos não comparecem e a reposição fica no papel", diz a diretora da Apeoesp. Em uma outra paralisação, em março de 1988, a reposição de aulas ficou a cargo de cada escola. A secretária não adotou nenhuma norma geral para que os 180 dias letivos fossem realmente cumpridos. A Apeoesp disse que espera uma audiência com o governador eleito para discutir a melhor forma de aumentar o período de permanência do aluno na escola.